



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**VALORES, CRENÇAS E ATITUDES EM RELAÇÃO À UNIÃO
EUROPEIA E A EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS
ESTADOS-MEMBROS**

CHRISTOPHER ALEXANDRE MARQUES

OUTUBRO - 2015



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**VALORES, CRENÇAS E ATITUDES EM RELAÇÃO À UNIÃO
EUROPEIA E A EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS
ESTADOS-MEMBROS**

CHRISTOPHER ALEXANDRE MARQUES

**ORIENTAÇÃO:
PROFESSOR DOUTOR JOÃO CARLOS FERREIRA LOPES**

OUTUBRO - 2015

AGRADECIMENTOS

Aproveito esta página para agradecer a todos aqueles que, ao longo dos últimos meses, estiveram ao meu lado e tornaram possível a concretização desta investigação.

Dirijo um primeiro agradecimento ao professor João Carlos Lopes, meu orientador e peça fulcral na realização deste projeto. As suas sugestões, comentários, correções e a experiência de anos ao serviço da investigação e da universidade foram fulcrais para que esta dissertação chegasse a bom porto. O meu obrigado também a todos os professores do ISEG, pelos conhecimentos e pelo interesse que em mim despertaram para os temas económicos e europeus, e a todos os docentes que, ao longo de quase duas décadas de educação, contribuíram para a minha formação e desenvolvimento pessoal.

Reconheço ainda o papel preponderante dos meus amigos, familiares e colegas de trabalho durante esta fase, através da sua compreensão e apoio constante. O meu obrigado pelas palavras de incentivo e interesse, pela companhia e apoio diário que possibilitaram a concretização deste trabalho.

Os últimos são muitas vezes os primeiros, e assim é nesta página. Do fundo do coração, o meu muito obrigado à minha família. Ao meu irmão, pelas perguntas, aparentemente descabidas mas sempre relevantes, pela compreensão, apoio e incentivo que me deu ao longo dos últimos meses e, em geral, há mais de 21 anos. E, sobretudo, aos meus pais. Pelo exemplo de esforço, trabalho e dedicação que são. Por sempre terem batalhado e lutado para que tivesse as oportunidades que eles nem sempre tiveram e que me tornaram aquilo que hoje sou. Se assim é, a eles o devo.

RESUMO

A crise que assolou a União Europeia, em especial a partir de 2010, motivou uma forte queda da opinião favorável em relação às instituições europeias. Os dados do Eurobarómetro revelam que a confiança dos europeus para com a UE alcançou mesmo os níveis mais baixos de sempre. Esta dissertação avalia a influência da evolução das economias nas atitudes, valores e opiniões dos cidadãos para com a UE no período 1986-2014, em especial a partir de 2009. Através da análise de tendências, de correlações e da aplicação de regressões lineares, esta investigação sugere que o aumento das exportações nacionais para a UE e o crescimento económico contribuem para um aumento do apoio à integração europeia. Durante a crise, o aumento do desemprego contribuiu para a redução da opinião favorável à integração. Os resultados apontam ainda que, a partir do início do século XXI, o apoio à UE volta a ser fortemente influenciado pelos fatores económicos. Aponta-se assim para uma revalorização da perspetiva utilitarista na definição do apoio à UE, em vez das perspetivas culturais e de identidade.

Palavras-chave: União Europeia, Crise Económica, Apoio à integração europeia, Confiança Política, Opinião Pública

ABSTRACT

The crisis that hit the European Union, particularly since 2010, led to an important fall in favourable opinion about European institutions. Eurobarometer data shows that citizens' trust toward the EU reached an all-time low during this crisis. This paper evaluates the influence of economic circumstances in attitudes, values and opinions toward the EU between 1986 and 2014, while paying special attention to the crisis years. This dissertation uses trend and correlation analysis and linear regressions to conclude that the increase in national exports to the EU and economic growth contribute to a more positive attitude towards the EU. During the crisis, the increase of unemployment affected negatively public support. The results also suggest that, from the beginning of the 21st century, support for the EU became more influenced by economic circumstances. This suggests a revaluation of a utilitarian perspective to explain public support for European integration, instead of cultural or identity approaches.

Keywords: European Union, Economical Crisis, Public Support for European Integration, Political Trust, Public Opinion.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
2.1. <i>A perspetiva utilitarista</i>	8
2.2. <i>Identidade e Influências Nacionais.....</i>	11
2.3. <i>A crise económica.....</i>	13
3. ANÁLISE EMPÍRICA	16
3.1. <i>Base de Dados</i>	16
3.1.1. O Eurobarómetro	16
3.1.1.1. Estatística descritiva	18
3.1.2. Variáveis Macroeconómicas	20
3.2. <i>Análise de Tendências</i>	20
3.2.1. Da adesão de Portugal e Espanha ao Tratado de Maastricht.....	21
3.2.2. Do Tratado de Maastricht ao Tratado de Amesterdão.....	22
3.2.3. Do Tratado de Amesterdão à crise de 2008.....	23
3.2.4. Os anos da crise económica e financeira.....	24
3.2.4.1. A crise e os países intervencionados.....	24
3.2.4.2. A crise e os países não intervencionados.....	27
3.3. <i>Análise Estatística e Econométrica</i>	29
3.3.1. Corpo de Hipóteses.....	29
3.3.2. Análise de Correlações	31
3.3.3. Análise Econométrica.....	33
3.3.3.1. Equação 1: o indicador de pertença	34
3.3.3.2. Equação 2: o indicador de confiança	35
3.3.4. Análise de Resultados.....	37
4. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

A crise que assolou a União Europeia (UE), em especial a partir de 2010, traduziu-se numa redução da opinião favorável em relação às instituições europeias. A aplicação das medidas de austeridade, os resgates internacionais e as divergências entre Estados-membros afastaram os europeus da UE, uma realidade que ficou patente em greves, manifestações e nos indicadores de opinião. A UE, frequentemente vista como a esperança para uma democracia melhor, nomeadamente no sul da Europa, fica, com a crise, associada a um superintendência da Alemanha e às implicações orçamentais da pertença à União Económica e Monetária.

Esta situação acabou por tornar claras as divergências entre Estados-membros e os custos da pertença à UE, o que abalou a confiança dos cidadãos para com as instituições. A compreensão dos motivos que levam os cidadãos a apoiar, ou não, a pertença à UE torna-se fulcral no atual contexto económico e político. Um período em que a UE se vê ainda atacada internamente pelo crescer dos nacionalismos e dos partidos eurocéticos e em que as divergências entre Estados-membros estão mais claras do que nunca. A Europa tem de decidir o rumo a seguir e, para tal, precisa de saber o que os europeus esperam dela e quais são os fundamentos da opinião pública europeia.

Esta investigação procura desvendar aqueles que são os fatores explicativos da evolução dos indicadores de opinião, partindo de uma análise de custo e benefício, a que se convencionou chamar de perspectiva utilitarista.

Esta perspectiva, muito em voga até ao Tratado de Maastricht, quando a Europa era fundamentalmente uma organização económica, foi-se perdendo com o avanço da união política. A partir de 1993, os autores começam a justificar a variação da opinião

pública europeia com questões de identidade, cultura e influência nacional. Ao enfatizar os custos da pertença à UE, prevê-se que a crise tenha provocado uma revalorização do modelo utilitarista. Ou seja, os cidadãos terão voltado a avaliar a UE de acordo com os custos e benefícios que daí tiram, nomeadamente da evolução das economias nacionais.

A pergunta de partida para este projeto é a seguinte: “*De que forma a evolução das economias dos Estados-membros influenciam a opinião dos cidadãos para com a União Europeia?*”. Ao responder a esta questão, este estudo analisa a variação das atitudes e opiniões dos europeus para com a UE desde 1986 até 2014, dando especial relevo ao período 2009-2014, e procura identificar os motivos e indicadores macroeconómicos que a explicam. Os países em análise são os que compõem a chamada União Europeia a 12 (UE12), isto é, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Alemanha, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Luxemburgo.

Esta dissertação encontra-se estruturada em diferentes capítulos, que juntos pretendem constituir uma visão aprofundada do tema e responder à questão em estudo. No capítulo 2 é desenvolvida uma exploração da literatura existente sobre o tema, que aborda a perspetiva utilitarista, mas também a influência das variáveis de identidade e das influências nacionais na definição do apoio à UE. O capítulo aborda ainda a crise económica e os estudos já existentes sobre a influência desta nos indicadores de opinião.

O capítulo 3 reúne toda a análise empírica deste projeto, começando por apresentar os indicadores em estudo e a sua relevância na construção e interpretação da opinião pública europeia. A análise empírica inclui uma observação das tendências da opinião pública europeia, dividida em subperíodos, e fundamentada em dados do

Eurobarómetro e na literatura especializada. Esta apresentação é seguida por uma análise de correlações e pela aplicação de dois modelos de regressão linear para dados em painel, por forma a determinar a influência das variáveis macroeconómicas na definição do apoio à UE. Esta dissertação fica fechada com a análise dos resultados obtidos e apresentação das respetivas conclusões.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura existente sobre a variação da opinião pública em relação à UE. São aqui abordadas a perspetiva utilitarista e a influência da identidade e dos aspetos nacionais na definição da apoio dos cidadãos à UE. O ponto 2.3. reúne os principais estudos que dizem respeito à evolução da opinião pública europeia durante a crise económica.

2.1. A perspetiva utilitarista

Marcada pela tragédia da II Guerra Mundial e depois de séculos de relações conflituosas, foi através da cooperação económica que a Europa se reconciliou. Uma cooperação inicialmente alicerçada no carvão e no aço e posteriormente na criação do mercado comum que estão na base da UE como hoje a conhecemos (Soares, 2013).

Face ao relevo da economia na construção europeia (Spolaore, 2013), a literatura tendeu a privilegiar este aspeto na análise dos fatores que explicam a variação da opinião pública sobre a UE, conduzindo às teorias utilitaristas. Estas assentam na ideia de que a opinião dos cidadãos resulta de uma análise dos custos e benefícios, prevendo-se que países que obtenham ou antevejam a obtenção de maiores ganhos económicos sejam maiores apoiantes da organização (Anderson e Reichert, 1995; Eichenberg e Dalton, 1993; Gabel e Palmer, 1995).

Esta perspectiva vai ao encontro do conceito de apoio utilitário apresentado por Easton (1975). Um apoio calculista e circunstancial, tendencialmente mais volátil do que o apoio afetivo, que é, por sua vez, mais estável, sendo fruto de ideologias, valores e da própria identidade.

Gabel (1998) apresenta cinco teorias explicativas do apoio dos cidadãos à UE: as teorias da mobilização cognitiva, dos valores políticos, das influências partidárias, do apoio ao Governo nacional e a teoria utilitarista. Na análise estatística de Gabel (1998), o modelo utilitarista apresenta-se como o mais robusto, sendo ainda de valorizar o papel das influências partidárias. Também Mahler et al (2000) defendem que a análise instrumentalista desempenha um papel importante na definição do apoio à UE.

Hooghe e Marks (2005) alertam para o facto de os benefícios poderem ser calculados a título individual ou coletivo, i.e., ganhos para o indivíduo ou ganhos para o seu país. Gabel e Palmer (1995) e Anderson e Reichert (1995) encontram evidências que apoiam a ideia dos benefícios individuais, encontrando correlações entre a opinião e a idade, profissão, formação e posicionamento político.

Numa análise ao ano de 2011, Kuhn e Stoeckel (2014) apuram que o contexto nacional é mais relevante. Ao estudar as reações dos cidadãos aos resgates aos países da Zona Euro, Bechtel et al (2014) concluem que os alemães baseiam a sua opinião nas implicações que estes têm no seu país e menos nas implicações individuais. As análises microeconómicas e macroeconómicas apresentam-se aqui como complementares.

Na análise nacional, Anderson e Reichert (1995) distinguem entre benefícios diretos e indiretos. O contributo líquido das nações para a UE e o crescimento das exportações para o espaço europeu são apontados como benefícios diretos. O contributo

líquido apresenta-se como insignificante no modelo de Eichenberg e Dalton (1993), facto que os autores associam ao alheamento dos cidadãos para com o orçamento comunitário, ainda hoje entendido como complexo e pouco transparente (HLGOR, 2014). Em sentido contrário, a análise de Mahler et al (2000) aponta para uma correlação positiva, quer da contribuição líquida, quer das exportações intraeuropeias.

Nos benefícios indiretos incluem-se variáveis que poderão ter sido influenciadas pela pertença às instituições europeias, como o crescimento económico, o desemprego e a inflação. Eichenberg e Dalton (1993) validam a relação do apoio à UE com o PIB e a taxa de desemprego, mas sublinham sobretudo o papel da inflação. Também Mahler et al (2000) encontram uma correlação negativa entre inflação e apoio à UE, não visualizando influências da taxa de desemprego e do crescimento do PIB. Anderson e Kaltenthaler (1996), ao estudar todos os Estados-membros entre 1973 e 1993, concluem que o crescimento económico, o desemprego e a inflação influenciam o apoio à UE.

Esta lógica utilitarista encaixa bem num período em que as instituições europeias são vistas como algo externo, sem efeito prático na vida dos cidadãos. Lindberg e Scheingold (1979) recorrem ao termo “consenso permissivo” para designar este clima generalizado de confiança, onde não há uma avaliação crítica e ponderada das instituições. Um consenso influenciado pelos benefícios económicos, pela preservação da paz no pós-2ª Guerra Mundial (Kritzinger, 2003) e pela pouca visibilidade prática das políticas europeias na vida quotidiana, com exceção de algumas elites e agricultores apoiados pela Política Agrícola Comum (Hooghe e Marks, 2008).

Uma situação que se acabou por inverter nos anos 90, o que tem sido associado ao Tratado de Maastricht. Apesar de ser um período marcado por boas condições económicas, até ao fim da década de 2000, e por um aumento das exportações

intraeuropeias, o apoio à UE atinge o nível mais baixo de sempre em 1997, com apenas 46% dos inquiridos a considerarem que a pertença à UE é positiva (Comissão Europeia, 2013). Eichenberg e Dalton (2007) associam a queda ao facto de os cidadãos se tornarem conscientes das implicações da União Económica e Monetária, nomeadamente através das medidas de austeridade e redução dos sistemas de previdência visando a redução dos défices orçamentais.

2.2. Identidade e Influências Nacionais

Os anos 90 trazem uma nova realidade à Europa. A assinatura do Tratado de Maastricht representa um incremento na união económica europeia, mas é também o símbolo de uma Europa que caminha a passos largos para a integração política, movimento esse que foi continuado com os Tratados de Amesterdão, Nice e Lisboa.

O aumentar da integração e a transferência de soberania para as instituições europeias, apontam Garry e Tilley (2014), alteraram o padrão de formação da opinião pública, tendo crescido os modelos baseados nas dinâmicas de identidade e cultura. Os modelos afetivos tentam explicar a forma como o sentimento de pertença, lealdade e simpatia para com o Estado nacional e para com a União Europeia influenciam o apoio a esta última. Um apoio caracterizado por Easton (1975) de difuso ou afetivo, em que o sentimento de pertença justifica a atitude favorável, mesmo que a instituição ponha em causa os seus interesses individuais. Não há aqui uma análise dos custos e benefícios, sendo por isso um apoio menos volátil e mais estável do que o apoio utilitário.

Para os mais nacionalistas, a integração tende a ser percecionada como uma ameaça à soberania do Estado (Carey, 2002). Também a política imigratória comum motiva um menor apoio dos cidadãos com mais forte identidade nacional. McLaren

(2002), recorrendo a dados de 1997, desvenda que a antipatia para com outras culturas tem um contributo equivalente no apoio à UE ao da análise utilitarista.

A influência da identidade é superior às próprias condições macroeconómicas, revelam Hooghe e Marks (2004). A exclusividade da identidade nacional, o multiculturalismo e o apego ao Estado-nação justificam mais de 20% da variação do apoio dos cidadãos europeus, enquanto que as variáveis económicas analisadas explicam apenas 15%.

Para além do cenário macroeconómico e da identidade influenciarem o apoio ao projeto europeu, as duas variáveis influenciam-se também mutuamente. Garry e Tilley (2009) revelam que os países que são beneficiários líquidos do orçamento comunitário tendem a ser menos eurocéticos e menos apegados ao Estado nacional.

A dúvida quanto à predominância da análise utilitarista, baseada em indicadores macroeconómicos, inicia-se nos finais do século XX. Anderson (1998) duvida da capacidade dos cidadãos europeus avaliarem os custos e benefícios da pertença à UE, uma vez que estes têm pouca informação sobre o que acontece em Bruxelas. Em 2014, cerca de dois terços dos inquiridos pelo Eurobarómetro assume não estar bem informado sobre o trabalho da União Europeia (Comissão Europeia, 2014).

Face a este alheamento, Anderson (1998) defende que os cidadãos baseiam as suas opiniões sobre a UE em ‘proxies’ que refletem aspetos do seu próprio Estado-membro, incluindo o Governo nacional, os partidos e o funcionamento do sistema político. Kritzinger (2003) aponta mesmo que o Estado-nação é o principal influenciador da opinião pública quanto à UE. No mesmo sentido, Hooghe e Marks (2005) sustentam que a opinião pública se baseia em ideologias domésticas e nas

organizações políticas nacionais, no que designam de “political cues” e nas quais convergem quer variáveis económicas quer identitárias.

A política nacional é usada como um atalho cognitivo que contribui para a formação da opinião sobre a UE (Kuhn e Stoeckel, 2014), sendo a Europa vista como uma extensão do próprio Governo nacional.

Anderson (1998) prevê que um apoio ao executivo local se converta em apoio à União Europeia, numa análise que não é consensual na literatura. Sánchez-Cuenca (2000) considera que quanto mais negativa é a perspetiva nacional, mais favoráveis são os cidadãos ao projeto europeu. “*Europe appears to be solution for domestic problems that cannot be resolved within the nation state*”, defende Sánchez-Cuenca (2000), numa perspetiva partilhada por Kritzinger (2003), Muñoz et al (2011) e Guiso et al (2014).

Também nesse sentido, Díez Medrano (2003) refere que os espanhóis percebem o projeto europeu como um caminho para consolidar a democracia, derivando daí o seu elevado apoio. Este pensamento reflete uma corrente instrumentalista, mas que não se reflete diretamente em indicadores macroeconómicos.

2.3. A crise económica

A crise financeira internacional que se seguiu à falência do Lehman Brothers alastrou ao mundo, com especial incidência na Europa após 2010. Em 2009, a UE começou por incentivar o investimento público como forma de fomentar a procura e controlar a redução da atividade económica. Uma ação que, associada às intervenções em alguns bancos, motivou um importante aumento dos défices orçamentais e das dívidas públicas, tendo culminado na chamada crise das dívidas soberanas e numa mudança de orientação da política europeia (Romão, 2012). Seguiram-se os resgates

financeiros à Grécia, Irlanda e Portugal e um empréstimo aos bancos espanhóis, acompanhados de reformas estruturais, aumentos de carga fiscal e redução das despesas públicas (Blyth, 2013; Graça et al, 2011; Soromenho-Marques, 2014). A crise conduziu mesmo países não intervencionados a aprovar impopulares medidas de austeridade (Freire e Moury, 2014).

O período de crise e as medidas adotadas ficaram associados a uma importante queda da opinião favorável à União Europeia (Comissão Europeia, 2013), sobretudo no caso dos países intervencionados (Armingeon e Ceka, 2013). A crise financeira teve um impacto significativo na confiança dos cidadãos para com o sistema e as instituições, quer domésticas quer europeias (Roth, 2009).

A crise tornou os cidadãos mais conscientes da importância da UE nas economias nacionais (Kriesi e Grande, 2014), especialmente na zona euro (Hobolt e Tilley, 2014). Aos olhos dos cidadãos, a Europa torna-se também responsável pela crise e pelas medidas de austeridade que se seguiram (Freire e Moury, 2014), em especial nos países intervencionados (Armingeon e Ceka, 2013).

Durante a crise, os cidadãos ganham ainda a percepção de que a UE é fundamentalmente controlada pela França e Alemanha (Freire e Moury, 2014; Schoutete, 2009). Ulrich Bech (2014) fala mesmo de uma “Europa alemã”, como se a UE tivesse abdicado de um posicionamento que poderia ter aumentado a sua legitimidade (Kuhn e Stoeckel, 2014) e entregue esse poder a Berlim.

Os europeus contestam ainda o que consideram ser uma “tendência liberal” da Europa, que acreditam estar menos preocupada com o cidadão e mais afastada dos princípios fundadores da construção europeia (Debomy, 2012). Mendonça (2012) fala

mesmo em “crise de identidade do projeto europeu”. Tal como o Tratado de Maastricht, a crise económica e financeira apresenta-se como um novo ponto de viragem (Paz Ferreira, 2014; Mamede, 2015). Uma fragilidade que, para alguns autores, poderia mesmo ser usada como ponto de partida para uma aprofundamento da construção europeia (Habermas, 2012; Bootle, 2014; Giddens, 2013).

Armingeon e Ceka (2013) consideram que a crise pode ter provocado uma alteração no padrão de apoio afetivo, retomando o conceito de Easton (1975). Os autores constataam ainda que há uma tendência para eliminar a tese do Consenso Permissivo de Lindberg e Scheingold (1979). Ainda antes do estalar da crise, Hooghe e Marks (2008) apontavam para um novo paradigma, o “constraining dissensus”, com os europeus a apresentarem uma postura mais crítica para com a UE desde o Tratado de Maastricht.

O efeito da crise económica nos fatores explicativos da opinião pública sobre a UE permanecem pouco estudados, mas os estudos já realizados tendem a revalorizar a perspetiva utilitarista. Braun e Tausendpfund (2014) estimam que os indivíduos que sentem a pertença à UE como uma ameaça aos seus interesses individuais tendem a apoiá-la menos e ressalvam que as considerações económicas são um fator essencial na definição da opinião pública sobre a UE.

Numa análise ao apoio à moeda única, Hobolt e Wratil (2015) assinalam que a crise incentivou uma valorização das análises de custo-benefício em detrimento das questões de identidade. Numa análise à opinião pública quanto a um eventual recurso à emissão de *eurobonds*, Daniele e Geys (2012) concluem que, a nível nacional, a opinião dos cidadãos traduz uma análise de custo e benefício. Desse modo, o apoio aos

eurobonds é maior nos países que enfrentam taxas de financiamento mais elevadas e têm contas públicas desequilibradas.

3. ANÁLISE EMPÍRICA

A análise empírica deste projeto inclui três grandes avaliações: uma análise da evolução da opinião pública europeia, uma análise de correlações entre os indicadores de opinião e as variáveis macroeconómicas e a aplicação de um modelo econométrico. Inicialmente, são apresentados os dados utilizados ao longo das diferentes análises.

3.1. Base de Dados

A análise da opinião pública europeia passa, indiscutivelmente, pela análise dos resultados do Eurobarómetro. A publicação regular destes inquéritos desde 1974 e a sua forte repercussão tornaram-nos numa quase “instituição” e contribuíram para a consolidação do próprio conceito de opinião pública europeia (Aldrin, 2011). É por esse motivo que este projeto recorre a estes dados fornecidos pela Comissão Europeia, que serão comparados com as variáveis macroeconómicas explicitadas no ponto 3.1.2.

3.1.1. O Eurobarómetro

A edição regular do Eurobarómetro é divulgada na primavera e no outono de cada ano, com perguntas semelhantes, permitindo a análise de tendências no tempo e também entre países. A comparabilidade espacial e temporal são princípios-chaves destes inquéritos (Signoreli, 2012), tendo sido, por isso mesmo, utilizados pela maioria dos estudos de avaliação da opinião pública europeia analisados e já citados.

O presente estudo analisa o período de 1986, data da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia, a 2014. Foram recolhidos os dados disponíveis para os países da UE12 e que são os Estados-membros em análise neste

projeto. Por entre o vasto leque de questões colocadas pelo Eurobarómetro, o estudo analisa três: a opinião dos cidadãos quanto à pertença à UE (PERTENCA), a confiança dos europeus para com a UE (CONFIANCA) e a avaliação que estes fazem dos benefícios da pertença à UE (BENEFICIO).

A variável PERTENCA é calculada através das respostas à premissa “*De uma maneira geral, pensa que o facto de ‘o seu país’ fazer parte da União Europeia é ...*”, sendo as respostas possíveis “*uma coisa boa*”, “*uma coisa má*” e “*uma coisa nem boa nem má*”. Para esta variável foi contabilizada a percentagem dos que responderam “*uma coisa boa*”. A questão foi ainda utilizada para calcular um índice líquido (PERTENCALIQ), que resulta da diferença entre os que responderam “*uma coisa boa*” e os que responderam “*uma coisa má*”. Ambas foram calculadas para o período 1986 – 2014, permitindo medir a opinião dos europeus quanto aos benefícios atuais e futuros da pertença à UE.

A variável CONFIANCA é extraída das respostas à questão “*Gostaria agora de lhe fazer uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me por favor se tem ou não confiança nela?*”, sendo contabilizada a percentagem dos que responderam “*Tem confiança*” à alínea “*União Europeia*”. A variável foi calculada para o período 2003 – 2014. A questão foi ainda utilizada para calcular um índice líquido (CONFIANCALIQ), que resulta da diferença entre os que responderam “*Tem confiança*” e os que responderam “*Não tem confiança*”.

A variável BENEFICIO é apurada através das respostas à questão “*Tendo tudo em consideração, acha que ‘o seu país’ beneficiou ou não de ser membro da União Europeia?*”, correspondendo a variável à percentagem de inquiridos que respondeu “*Beneficiou*”. Este indicador foi calculado para o período 1986 – 2011, à exceção de

1995, ano para o qual não há dados disponíveis, e reverte sobre os benefícios passados da pertença à UE. A questão foi ainda utilizada para calcular um índice líquido (BENEFICIOLIQ), que resulta da diferença entre os que responderam “*Beneficiou*” e os que responderam “*Não beneficiou*”.

Todos os dados utilizados no cálculo destes indicadores são disponibilizados pela Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c). As variáveis brutas foram calculadas de acordo com a metodologia adotada por Guiso et al (2014). As variáveis líquidas seguem a metodologia de Eichenberg e Dalton (2007).

Para todas estas variáveis foi calculado um valor por ano e por país. Nos anos em que a questão foi colocada mais do que um vez, foi calculada a média aritmética das respostas obtidas. Procedeu-se ainda ao cálculo da média ponderada de cada indicador na UE12, de acordo com a população de cada Estado-membro. A média ponderada foi calculada tendo por base os dados demográficos disponibilizados pelo Eurostat (2015).

3.1.1.1. Estatística descritiva

As variáveis em estudo são, no seu conjunto, representativas da relação dos cidadãos europeus para com a UE. Como tal, não é de estranhar que todas elas tenham elevados níveis de correlação entre si. A associação entre cada variável bruta e a sua variável líquida é sempre superior a 0,9. Um correlação muito forte explicada pelo facto de serem baseadas na mesma questão, variando apenas a forma de cálculo do indicador. Os restantes coeficientes de correlação são também fortes, sendo todos superiores a 0,62 (ver Quadro A2).

Apesar de terem uma forte associação, todas elas acabam por apresentar tendências próprias, como comprovam as suas estatísticas descritivas (ver Quadro A1).

A média ponderada para a UE12 do indicador BENEFICIO é aquele que se apresenta como mais estável, apresentando um desvio padrão de 4,23. Entre 1986 e 2011, a média ponderada deste indicador variou entre 43% (1996 e 1997) e 59% (1990). Mesmo no período da crise económica, este não apresenta uma trajetória tão descendente como a verificada nos restantes indicadores (ver Gráfico A2).

A média ponderada do indicador CONFIANCA varia entre os 27% (2013) e os 50% (2004 e 2007), apresentando um desvio padrão de 8,26 no período 2003-2014. A partir de 2008, o indicador inicia uma forte tendência decrescente, período que coincide com o início da crise económica.

A média ponderada da CONFIANCALIQ apresenta mesmo uma média negativa, fruto do elevado número de cidadãos que revelam não ter confiança na UE. O valor mínimo (-37%) regista-se em 2013, em plena crise económica. Nesse ano, apenas a Dinamarca apresenta um valor positivo (2%). Em termos nacionais, o valor mínimo do indicador é registado na Grécia em 2012 (-62%).

A média ponderada do indicador PERTENCA apresenta um desvio padrão de 6,23, tendo o valor mínimo sido registado em 2011 (46%) e o máximo em 1991 (70%). A média ponderada do indicador PERTENCALIQ regista o seu valor máximo em 1991 (63%). O valor mínimo (26%) foi atingido em 2011, em plena crise internacional.

Analisando os países de forma individual, a discrepância da PERTENCALIQ é maior. O valor mínimo foi registado em 2011 no Reino Unido (-6%), país que tende a apresentar os valores mais baixos entre os países em estudo (Debomy, 2011). O valor mais elevado registou-se nos Países Baixos em 1991 (86%).

3.1.2. Variáveis Macroeconómicas

Para o estudo da relação entre o apoio à UE e as condições macroeconómicas foram utilizadas as variáveis aplicadas nos trabalhos de Eichenberg e Dalton (1993, 2007): taxa de desemprego, taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação e rácio de exportações para a UE. A utilização destas variáveis pretende testar se a hipótese utilitarista é explicativa da variação da opinião pública quanto à UE.

A variável CRESCIMENTOPIB resulta da taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto a preços constantes, disponibilizada pelo FMI (2015a), sendo indicador do crescimento económico de cada Estado-membro.

A variável INFLACAO representa o aumento de preços em relação ao ano anterior, sendo calculado através da variação do índice de preços do consumidor. Esta investigação recorre à taxa de inflação calculada pelo FMI (2015a).

A variável DESEMPREGO é constituída pela taxa de desemprego calculada pelo FMI (2015a). Esta taxa representa a percentagem de desempregados em relação à população ativa, considerando-se desempregados todos os que não tenham emprego e o procurem ativamente.

A variável EXPORTUE representa a percentagem de exportações de cada Estado-membro que se destina aos países da União Europeia em relação às exportações desse mesmo Estado-membro para o mundo. O cálculo foi realizado utilizando os dados do FMI (2015).

3.2. Análise de Tendências

Seguindo a literatura analisada foram definidos quatro períodos para a análise do comportamento das variáveis em estudo. Um primeiro período compreende os anos da

adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia à assinatura do Tratado de Maastricht (1986-1992). O segundo período parte da entrada em vigor do Tratado de Maastricht e segue até à assinatura do Tratado de Amesterdão (1993-1997).

O terceiro período parte do Tratado de Amesterdão até ao ano de 2008, ano marcado pela falência de Lehman Brothers, entendido como o despoletar da crise financeira internacional. O último período analisado corresponde aos anos 2009 a 2014, dizendo respeito a todo o período que se seguiu à crise do subprime na Europa, nomeadamente a crise das dívidas soberanas e a aplicação dos programas de assistência financeira à Grécia, Irlanda e Portugal.

3.2.1. Da adesão de Portugal e Espanha ao Tratado de Maastricht

Os anos que antecedem a assinatura do Tratado de Maastricht são marcados por uma opinião muito favorável, sendo neste período que a média ponderada do indicador PERTENCALIQ atinge o seu valor máximo (ver Gráfico A1). Este é atingido em 1991, com 70% dos europeus a considerarem a pertença à CEE positiva, e apenas 7% a considerarem-na negativa.

Este período tira partido do projeto de relançamento da UE de Jacques Delors, que assume a presidência da Comissão em 1985, determinado a dar um novo impulso à comunidade europeia (Soares, 2013). Esta fase é também marcada por uma retoma da economia, depois da crise dos anos 70. Também o indicador BENEFICIO apresenta valores elevados neste período (ver Gráfico A2). A média ponderada varia entre os 48% (1986) e os 59% (1990).

Neste período é de realçar que, logo em 1986, ano da adesão de Portugal, 49% dos portugueses consideram que o país beneficiou da entrada na CEE, apesar de ter

acabado de entrar. Um número que aponta para um forte fervor em torno do projeto europeu. Em comparação, no mesmo ano, apenas 15% dos espanhóis considera que o seu país beneficiou com a entrada nas comunidades europeias. Em Espanha, até 1988, o índice BENEFICIOLIQ regista mesmo valores negativos.

3.2.2. Do Tratado de Maastricht ao Tratado de Amesterdão

A tendência inverte-se com a assinatura do Tratado de Maastricht. A média ponderada da variável PERTENCALIQ cai 11 pontos percentuais em apenas um ano. A queda ocorre em todos países, exceto na Dinamarca, e é especialmente acentuada em Espanha (19%), Alemanha (14%), França (13%) e Reino Unido (13%).

O Tratado tornou clara a aceleração do processo de integração, que deixou o domínio económico e passou a ser também político (Spolaore, 2013). Com o passar da década de 90, ficavam também claros os impactos dos critérios de convergência e as suas consequências nas políticas orçamentais dos Estados-membros. Este período fica ainda marcado por um menor crescimento económico e pela incapacidade europeia em responder uniformemente às grandes questões internacionais (Debomy, 2012), que ajudam a explicar a queda do apoio à UE.

A trajetória descendente mantém-se até 1996, quando a média ponderada do indicador PERTENCALIQ atinge os 34%. Em 1997, este sobe ligeiramente para os 35%. Estes são anos marcados pelas negociações que deram lugar ao Tratado de Amesterdão e que voltaram a mostrar as divergências dos Estados-membros em torno do projeto europeu (Soares, 2013). A opinião pública europeia está ainda afetada pela chamada “doença das vacas loucas” e pelo pessimismo quanto à melhoria das condições económicas dos cidadãos (Comissão Europeia, 1996).

Perante os problemas, também a percentagem de europeus que considera que o seu Estado-membro beneficiou com a adesão cai, embora a um ritmo mais lento. A média ponderada do indicador BENEFICIO na UE12 passa de 51% (1992) a 43% (1997), verificando-se uma redução em todos os Estados analisados, exceto em Espanha e na Irlanda. Bélgica, Alemanha, Portugal e Itália são os países onde a redução do indicador BENEFICIO é maior, verificando-se quedas, respetivamente, de 23, 15, 13 e 10 pontos percentuais entre 1992 e 1997. Em 1997, a maioria dos inquiridos no Reino Unido, Alemanha e Bélgica considera que o seu país não beneficiou com a adesão à UE.

3.2.3. Do Tratado de Amesterdão à crise de 2008

A partir de 1998, a opinião europeia tende a ser mais favorável, mas mantém-se longe dos valores atingidos na onda europeísta da década de 80. Entre 1997 e 2007, a média ponderada da PERTENCALIQ não ultrapassou os 44%, tendo mantido fortes oscilações e um comportamento incerto, com períodos de crescimento e outros de retração.

Debomy (2012) aponta a demissão forçada da comissão Santer, em 1999, a falta de uma posição unânime quanto ao apoio à ação militar no Iraque, em 2003, e as vitórias do ‘não’ no referendo à constituição europeia em França e nos Países Baixos, em 2005, como justificações para as principais quedas.

Analisando este subperíodo como um todo, verifica-se uma tendência gradual de crescimento do indicador BENEFICIO. A média ponderada dos que consideram que o seu Estado-membro beneficiou com a adesão à UE aumenta gradualmente, atingindo os 57% em 2007, repetindo assim o valor máximo alcançado em 1991.

Este é também o período a partir do qual começam a ser divulgados os valores referentes à confiança dos europeus para com a UE. A média ponderada do indicador CONFIANCA não apresenta, neste período, uma tendência definida, variando entre os 41% e os 50%. Na maioria dos anos, menos de metade dos inquiridos afirma ter confiança na UE. A média ponderada do índice líquido de confiança é mesmo negativa em 2005. No Reino Unido, este indicador atinge sempre valores negativos.

3.2.4. Os anos da crise económica e financeira

Depois de um período marcado por uma certa volatilidade e falta de tendência definida, a crise económica motivou uma forte redução dos índices em estudo. A média ponderada do indicador PERTENCALIQ situa-se nos 35% em 2008, e a crise económica acaba por provocar uma nova queda. Em 2011, este indicador atinge o valor mais baixo de sempre (26%), motivado por um aumento substancial dos que afirmam que a pertença à UE é “*uma coisa má*”.

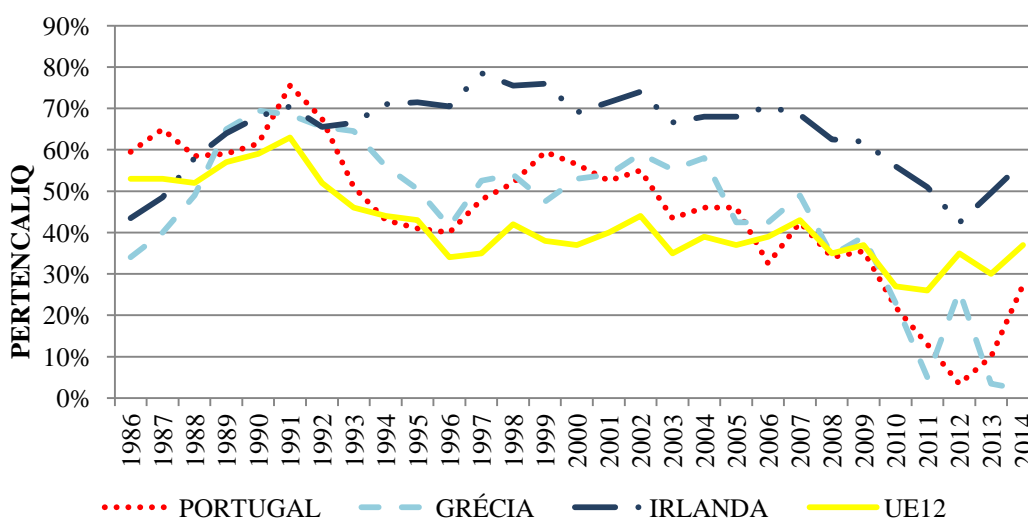
A diminuição do indicador PERTENCALIQ é acompanhado por uma forte redução da confiança para com a UE, que também atinge o valor mais baixo de sempre. A média ponderada do indicador CONFIANCALIQ é sucessivamente negativa a partir de 2010, atingindo o valor mais baixo em 2013 (-37%). Este indicador apresenta valores negativos em todos os países a partir de 2012, à exceção da Dinamarca.

3.2.4.1. A crise e os países intervencionados

A queda dos indicadores estudados é mais acentuada nos países intervencionados, sobretudo em Portugal e na Grécia. Em Portugal, o indicador PERTENCALIQ passa de 36% em 2009 a apenas 3% em 2012.

Desde 1986 que, em Portugal, este indicador se mantinha quase sempre acima da média europeia, tendo a crise económica vindo alterar esta situação, como se verifica no Gráfico 1. Em 2012, Portugal regista o valor mais baixo deste índice na UE, compartilhando a posição com o Reino Unido.

Gráfico 1: Evolução comparada do indicador PERTENCALIQ em Portugal, Grécia e Irlanda em relação à média ponderada da UE12.



Fonte:
Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)

Em 2012 e 2013, apenas 34% dos portugueses consideram que a pertença às instituições europeias é benéfica. O apoio português à UE, que tendeu sempre a basear-se mais num critério instrumentalista de perceção de benefícios (Lobo, 2003) acaba por ser afetado pela conjuntura difícil e pelas medidas de austeridade apoiadas pela UE. O país tende a olhar para a UE, protagonizada pela Alemanha e pela França, como uma instituição pouco solidária, mais preocupada com a defesa das instituições financeiras (Debomy, 2011).

Um olhar desconfiado da sociedade portuguesa que fica patente na queda do indicador CONFIANCA. Em 2009, 59% dos inquiridos mostravam ter confiança na UE, ano a partir do qual tem início uma forte tendência de queda. Em 2012, apenas 25% revela confiar na UE. O índice líquido de confiança começa a registar valores negativos a partir de 2010, atingindo o seu valor mais baixo em 2013 (-45%).

Na Grécia, o indicador PERTENCALIQ passa de 49% em 2007 a 5% em 2011. Em 2012, este indicador aumenta para 26%. Um crescimento motivado pelo aumento dos que consideram a pertença à UE positiva e dos que a consideram um aspeto neutral. Debomy (2011) aponta que os gregos não culpam a UE pelas medidas a que são sujeitos e veem a Europa como a solução, tal como Sánchez-Cuenca (2000) previa.

Em 2013, o apoio grego retoma a trajetória de queda. Em 2014, 31% dos inquiridos avaliam como negativa a pertença da Grécia à UE, contra 33% que a avaliam positivamente. O índice PERTENCALIQ situa-se aqui nos 2%, o valor mais baixo até então registado no país. A partir de 2012, verifica-se um novo crescimento dos partidos que se apresentam contra as medidas de austeridade e um aumento dos protestos e greves contra as medidas implementadas (Michael-Matsas, 2012).

A queda da confiança para com a UE é muito superior. A partir de 2010, são mais os gregos que dizem não confiar na UE do que aqueles que confiam. O índice CONFIANCALIQ atinge os -62% em 2012, ano em que 80% dos inquiridos diz não confiar nas instituições europeias. Apesar de não confiarem na UE, os gregos mostram que continuam a ver como positiva a pertença às instituições europeias. Clements et al (2014) constataam que o apoio ao euro até aumentou nos anos da crise.

Na Irlanda, país que recorre a ajuda externa em 2010, o índice PERTENCALIQ cai 17 pontos percentuais entre 2007 e 2012. Em 2012, este situa-se nos 42%, o valor mais baixo desde 1985, mesmo assim um valor elevado quando comparado com as quedas que se verificaram em Portugal e na Grécia. Os irlandeses parecem atribuir culpas pela crise principalmente ao executivo nacional, derrotado nas eleições de 2011, e aos setores financeiros e imobiliários (Debomy, 2011). A pertença à UE continua a ser vista como benéfica, num país que é por tradição um dos mais europeístas.

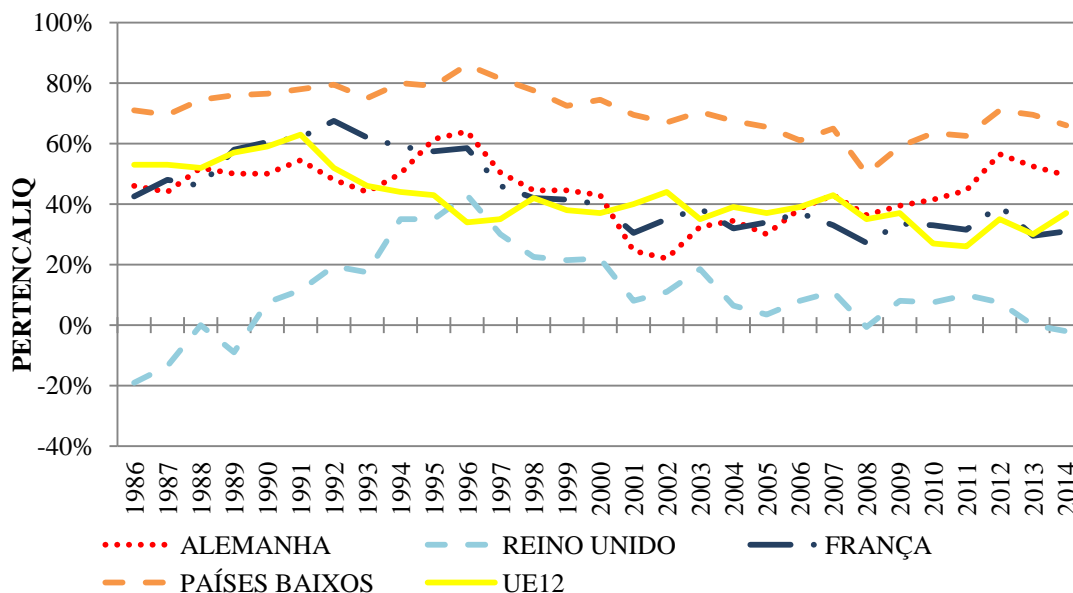
Apesar disso, a confiança irlandesa nas instituições europeias é fortemente afetada. Em 2012, apenas 31% dos irlandeses inquiridos revela ter confiança na UE, contra 56% em 2008. Desde 2011 que o índice CONFIANCALIQ atinge valores negativos, mesmo assim menos trágicos do que os registados em Portugal e na Grécia.

3.2.4.2. A crise e os países não intervencionados

A queda dos índices de opinião não é exclusiva dos países intervencionados. No Reino Unido, o índice PERTENCALIQ atinge mesmo valores negativos entre 2009 e 2011, ou seja, são mais os britânicos que avaliam negativamente a pertença à UE do que positivamente, como apresenta o Gráfico 2.

A ação europeia durante a crise e a ajuda aos países do sul da Europa motivam quedas no apoio à União Europeia em países como a Alemanha, a Dinamarca, a França e a Holanda, acusadas de mostrar falta de solidariedade para com os países do sul (Stiglitz, 2012; Jonckeer e Simon, 2015). O recrudescimento da posição desconfiada em relação ao sul fica bem presente no crescimento dos partidos eurocéticos e de extrema direita nas eleições europeias de 2014, especialmente no Reino Unido, França e Dinamarca (Halikiopoulou e Vasilopoulou, 2014).

Gráfico 2: Evolução comparada do indicador PERTENCALIQ na Alemanha, Países Baixos, Reino Unido e França em relação à média ponderada da UE12.



Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)

A partir de 2012, o indicador PERTENCALIQ volta a crescer, sobretudo na Alemanha, Dinamarca e Reino Unido. Apesar do aumento, a média continua inferior aos anos que antecederam a crise financeira internacional. Só na Bélgica, Alemanha e Reino Unido é que este índice atinge valores superiores aos verificados antes de 2008.

A confiança para com a UE foi mais fortemente abalada. Todos os países, sem exceção, apresentam índices de confiança inferiores aos verificados antes de 2008. A média ponderada do indicador CONFIANCA passou de 50% a 27% entre 2007 e 2013 (ver Gráfico A2).

3.3. Análise Estatística e Econométrica

A partir dos dados obtidos, esta análise procura determinar a associação existente entre os indicadores macroeconómicos e as variáveis representativas do apoio dos cidadãos europeus à UE. Com este objetivo são analisadas as correlações existentes entre as variáveis dependentes, apresentadas no ponto 3.1.1., e as variáveis explicativas, explicitadas no ponto 3.1.2.. Por forma a produzir resultados mais rigorosos e completos, procede-se também à aplicação do modelo econométrico sugerido por Eichenberg e Dalton (2007), através do qual se procura explicar a influência dos indicadores macroeconómicos na variação dos indicadores PERTENCALIQ e CONFIANCALIQ.

3.3.1. Corpo de Hipóteses

A literatura estudada e a análise de tendências realizada permitem-nos avançar com as seguintes hipóteses, que são depois testadas através de análises de correlações e aplicação do modelo econométrico

H1: Quanto menor o aumento de preços, medido pela taxa de inflação, maior será o apoio à UE.

A estabilidade de preços apresenta-se, desde o início, como um dos pilares das instituições europeias. Uma elevada taxa de inflação representa um aumento generalizado de preços e, caso não acompanhado por aumentos salariais, perda de poder de compra. Anderson e Kaltenthaler (1996) e Mahler et al (2000) apontam para uma associação negativa entre a taxa de inflação e o apoio à UE. No estudo de Eichenberg e Dalton (1993) este é mesmo o fator mais influente na definição do apoio público à UE.

H2: O crescimento do PIB contribui para um aumento do apoio à UE.

O crescimento económico é apontado por Anderson e Reichert (1995) como um benefício indireto da pertença à UE. Uma taxa de crescimento superior será catalisadora de uma opinião positiva para com a UE, uma relação testada positivamente nos estudos de Eichenberg e Dalton (1993) e Anderson e Kaltenthaler (1996).

H3: A redução do desemprego contribui para um aumento do apoio à UE.

À semelhança do crescimento económico, a redução da taxa de desemprego é apontada como um benefício indireto da pertença à UE. Um baixo desemprego aparece como causador de maior apoio à UE nos trabalhos de Eichenberg e Dalton (1993) e Anderson e Kaltenthaler (1996).

H4: Quanto mais um Estado-membro exportar para a UE, maior o apoio à UE.

O aumento de exportações, através do mercado comum, é apontado como um dos benefícios diretos da adesão à UE (Anderson e Reichert, 1995). De acordo com uma perspetiva utilitarista, espera-se que um aumento das exportações para os Estados-membros contribua para um aumento da opinião favorável à UE, como demonstrado por Mahler et al (2000).

H5: A crise económica e financeira contribuiu para uma revalorização do modelo utilitarista de explicação da variação do apoio à UE.

A partir de 1992, os fatores identitários ganharam predominância na definição do apoio à UE. Agora que a crise tornou os cidadãos mais conscientes das implicações orçamentais da pertença à UE, em especial à União Económica e Monetária, espera-se que a lógica instrumentalista tenha ressurgido e que a opinião dos europeus seja mais

influenciada pelas variáveis macroeconómicas. Esta hipótese segue as avaliações feitas por Braun e Tausendpfund (2014) e Hobolt e Wratil (2015).

3.3.2. Análise de Correlações

Apesar de não ser possível inferir sobre relações causais através da análise de correlações (Marôco, 2011), procedeu-se ao cálculo do coeficiente de Pearson entre as variáveis de apoio e o conjunto de variáveis macroeconómicas em estudo para analisar a intensidade da associação entre elas. Face às especificidades próprias do Luxemburgo, que podiam enviesar os resultados, o país não se encontra representado nesta análise de correlações.

Ao ser analisado o período 1986 – 2014, verifica-se uma correlação positiva forte (0,543) entre o rácio de exportações para a UE e a PERTENCALIQ (ver Quadro A3). Esta associação verifica-se, com leves variações, em todos os subperíodos analisados. A correlação é mais forte no período 2009 – 2014 (0,588).

Como era expectável, há uma correlação negativa, embora fraca (-0.126), entre a taxa de desemprego e o indicador PERTENCALIQ. Esta associação intensifica-se no período 2009 – 2014 (-0.320), espaço de tempo em que o desemprego aumentou consideravelmente na UE12 e o apoio dos cidadãos à UE caiu em força.

No que diz respeito à taxa de crescimento do PIB, regista-se uma associação positiva moderada (0,330), sem flutuações de relevo entre períodos, indo ao encontro da hipótese H2. Entre 2009 e 2014, a associação entre o crescimento do PIB e a variável PERTENCALIQ não tem relevância estatística.

A associação com a taxa de inflação é a que apresenta resultados mais díspares entre períodos. No período total verifica-se uma correlação positiva fraca, contrária ao

que seria expetável. No entanto, os resultados para os subperíodos apresentam fortes disparidades. Nos dois primeiros subperíodos as correlações não têm relevância estatística. Entre 1998 e 2008, verifica-se uma correlação positiva moderada (0,408). A partir de 2009, a associação entre as duas variáveis é negativa e moderada (-0,273). As correlações entre as variáveis macroeconómicas e a variável bruta PERTENCA são equivalentes às que se verificam com a variável líquida.

As variáveis BENEFICIO e BENEFICIOLIQ apresentam uma correlação positiva constante em todos os períodos com o rácio de exportações para a UE (ver Quadro A4). Esta é uma associação moderada no período total, que passa a forte nos períodos 1986-1992 e 2009-2011, e que vai ao encontro da hipótese H4. Constatase ainda uma associação negativa fraca entre estas duas variáveis e a taxa de desemprego, conforme avançado pela hipótese H3. No entanto, esta associação não é estatisticamente relevante nos períodos 1993-1997 e 2009-2011.

A associação entre as variáveis BENEFICIO e BENEFICIOLIQ e o crescimento do PIB não é significativa nos subperíodos 1986-1992 e 2009-2011. Nos restantes, incluindo no período total, verifica-se uma associação positiva fraca a moderada, ao encontro da hipótese H2.

A variável INFLACAO volta a apresentar resultados menos coerentes e que não vão ao encontro da hipótese avançada. No período total, aponta-se para uma associação positiva fraca com as variáveis BENEFICIO e BENEFICIOLIQ. Uma associação que passa a forte no período 1998-2008. No último período, verificam-se resultados opostos nas duas variáveis: uma associação positiva moderada (0,473) com a variável BENEFICIOLIQ, e uma associação negativa moderada (-0,414) com a variável

BENEFICIO. Uma contradição que poderá ser justificada pela pequena dimensão do período (três anos) e pelos baixos valores da inflação verificados no mesmo.

Em relação às variáveis CONFIANCA e CONFIANCALIQ, verifica-se uma associação negativa moderada com a taxa de desemprego no período total e no subperíodo 2009-2014 (ver Quadro A5), que vai ao encontro da hipótese avançada. O rácio de exportações para a UE apresenta uma correlação positiva forte em relação às duas variáveis em estudo, como previsto pela hipótese H4. Em relação à taxa de crescimento do PIB, a associação apresenta-se apenas estatisticamente significativa no período 2003-2014 (correlação positiva moderada). A taxa de inflação aponta para uma correlação positiva, contrária à hipótese avançada, nos períodos 2003-2014 e 2003-2008. No período 2009-2014, a associação não tem relevância estatística.

3.3.3. Análise Econométrica

O recurso a dados de painel permite analisar a influência das variáveis macroeconómicas nos indicadores em estudo, respeitando as especificidades próprias dos diferentes países (Wooldridge, 2013). O método é utilizado para duas equações diferentes, tentando perceber-se a influência das variáveis macroeconómicas na variabilidade dos indicadores PERTENCALIQ e CONFIANCALIQ.

Esta investigação recorre a uma regressão linear para dados em painel, através da aplicação do comando 'XTPCSE' no programa STATA 12.0, conforme adotado por Eichenberg e Dalton (2007). Ambas as equações são aplicadas para um tempo t e um espaço geográfico i . Face às especificidades próprias do Luxemburgo, que podiam enviesar os resultados, o país não se encontra representado nestes modelos.

3.3.3.1. Equação 1: o indicador de pertença

A equação 1 analisa a influência das variáveis DESEMPREGO, CRESCIMENTOPIB, INFLACAO E EXPORTUE na variação do indicador PERTENCALIQ.

Equação 1:

$$\begin{aligned}
 &PERTENCALIQ_{it} \\
 &= \alpha_0 + \alpha_1 INFLACAO_{it} + \alpha_2 CRESCIMENTOPIB_{it} \\
 &+ \alpha_3 DESEMPREGO_{it} + \alpha_4 EXPORTUE_{it} + \epsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Esta equação foi aplicada para o período 1986-2014 e para os subperíodos anteriormente identificados. O modelo explica 35% da variação do indicador no período total. A variação explicada é superior nos dois últimos períodos em estudo: 1998 – 2008 (47,08%) e 2009 – 2014 (45,80%), como revelam os dados do Quadro 1.

Quadro 1: Resultados da aplicação da Equação 1 (Regressão Linear)

PERÍODO (N)	1986-2014 (N=319)	1986-1992 (N=77)	1993-1997 (N=55)	1998-2008 (N=121)	2009-2014 (N=66)
INFLACAO	0,5703729** (0,2574357)	-0,2148279 (0,1857627)	1,689979*** (0,5473817)	6,300451*** (1,13877)	-4,200853*** (1,088389)
CRESCIMENTOPIB	1,618711*** (0,3413501)	1,317816** (0,6474823)	1,884608** (0,9246429)	2,66573*** (0,51744)	0,1778809 (0,5904092)
DESEMPREGO	-0,0056231 (0,1728273)	-0,0247627 (0,1503289)	-0,1069768 (0,2317781)	0,6361084*** (0,2457663)	-0,722268*** (0,2561556)
EXPORTUE	1,12557*** (0,08260519)	1,180956*** (0,0907893)	0,8962664*** (0,0791373)	1,058821*** (0,0976778)	1,191519*** (0,0928021)
CONSTANTE	-35,07741*** (6,430629)	-28,87473*** (6,011758)	-25,52325*** (7,286106)	-53,57321*** (7,971477)	-25,27329*** (8,610777)
R-QUADRADO	0,3528	0,3089	0,2531	0,4708	0,4580

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente. Valores entre parêntesis correspondentes ao desvio padrão.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e FMI (2015, 2015a).

Os resultados apontam para uma influência positiva da taxa de crescimento do PIB no apoio à UE. O aumento de um ponto percentual da taxa de crescimento corresponde a um aumento superior a 1,5 pontos percentuais do índice PERTENCALIQ. Este é o indicador com o maior parâmetro no período total. O rácio de exportações para a UE também apresenta uma influência positiva, conforme previsto na hipótese H4.

A influência da taxa de desemprego não apresenta relevância estatística, à exceção dos períodos 1998-2008 e 2009-2014. Neste primeiro, o aumento da taxa de desemprego contribui para um aumento do apoio à UE, contra a hipótese avançada. No período correspondente aos anos da crise, um aumento da taxa de desemprego já motiva um decréscimo do apoio à UE.

Os resultados indicam ainda que uma taxa de inflação mais elevada motiva um aumento do apoio à UE. Este efeito é especialmente elevado no período 1998 – 2008. Já nos anos da crise, o parâmetro é negativo, sugerindo que um aumento da taxa de inflação contribui para uma redução do apoio à integração europeia.

3.3.3.2. Equação 2: o indicador de confiança

A equação 2 analisa a influência das variáveis DESEMPREGO, CRESCIMENTOPIB, INFLACAO E EXPORTUE na variação do indicador CONFIANCALIQ.

Equação 2:

$$\begin{aligned}
 \text{CONFIANCALIQ}_{it} &= \alpha_0 + \alpha_1 \text{INFLACAO}_{it} + \alpha_2 \text{CRESCIMENTOPIB}_{it} \\
 &+ \alpha_3 \text{DESEMPREGO}_{it} + \alpha_4 \text{EXPORTUE}_{it} + \epsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Esta equação foi aplicada para o período 2003 – 2014, e para os subperíodos 2003 – 2008 e 2009 – 2014. A equação explica 46,88% da variação do indicador CONFIANCALIQ no período total. A variação explicada por este modelo é superior no período da crise (61,04%), como revelam os dados do Quadro 2.

Quadro 2: Resultados da aplicação da Equação 2 (Regressão Linear)

	2003-2014 (N=132)	2003-2008 (N=66)	2009-2014 (N=66)
INFLACAO	1,973622 (2,188122)	10,69872*** (2,581335)	-3,659562 (1,946747)
CRESCIMENTOPIB	0,4532865 (1,017423)	1,996929** (0,9238926)	-1,936927 (0,9951412)
DESEMPREGO	-1,558678*** (0,5419115)	0,6781862 (0,5169065)	-1,812465*** (0,3902696)
EXPORTUE	1,5189*** (0,1535645)	1,273474*** (0,2265534)	1,439854*** (0,1729512)
CONSTANTE	-90,71491*** (9,682816)	-108,9467*** (14,57828)	-82,16408*** (10,87111)
R-QUADRADO	0,4688	0,4481	0,6104

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente. Valores entre parêntesis correspondentes ao desvio padrão.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e FMI (2015, 2015a).

Os resultados sugerem que o aumento do rácio de exportações para a UE contribui para uma maior confiança para com as instituições europeias. Os resultados indiciam que o desemprego contribui negativamente para a confiança dos cidadãos nos períodos 2003-2014 e 2009-2014.

O resultado referente à taxa de crescimento do PIB é menos coerente. No período total, o parâmetro não é estatisticamente relevante, bem como no período 2009-2014. No período 2003-2008, um aumento da taxa de crescimento em um ponto percentual aparenta contribuir para um crescimento de quase dois pontos percentuais do indicador. No caso da inflação, a sua influência apenas é significativa no período 2003-2008, sendo o parâmetro contrário ao que seria expectável.

3.3.4. Análise de Resultados

A análise de tendências não deixa dúvida quanto à forte queda dos indicadores de opinião durante a crise. A confiança para com as instituições europeias é aquela que se apresenta como mais afetada. A média ponderada do indicador CONFIANCALIQ cai mais de 370% entre 2007 e 2013 (ver Quadro A6), fortemente influenciada pelas reduções verificadas na Alemanha (-617%), França (-315%) e Grécia (-310%). A maioria dos cidadãos da UE12 diz não confiar nas instituições europeias a partir de 2009. As médias ponderadas para a UE12 dos indicadores de confiança e de pertença atingem o seu valor mais baixo de sempre durante esta última crise, respetivamente em 2013 e 2011 (ver Gráfico A2). No entanto, os dois indicadores apresentam uma grande diferença.

Apesar da falta de confiança, a maioria dos cidadãos continua a avaliar a pertença à UE como *“uma coisa boa”*. A média ponderada do indicador PERTENCALIQ mantém valores positivos apesar de sofrer uma queda de 30% entre 2007 e 2013 (ver Quadro A6), fortemente influenciada pelas reduções verificadas nos países do sul da Europa, nomeadamente em Portugal (-77%), Grécia (-93%) e Espanha (-62%).

Apesar da queda, é de sublinhar que o indicador PERTENCALIQ não atinge valores negativos nestes países. Ou seja, apesar de não confiarem na UE e de menos cidadãos avaliarem a pertença às instituições europeias como *“uma coisa boa”*, estes continuam a estar em maioria. Este facto transmite a ideia de que, apesar do distanciamento e da crítica às instituições, os cidadãos continuam a desejar fazer parte da UE e têm dificuldade em imaginar o seu futuro fora do quadro europeu. Esta é uma análise que vai ao encontro da avaliação feita por Clements et al (2014) ao caso grego, e

dos próprios resultados dos atos eleitorais dos últimos meses em que, sucessivamente, a maioria dos votos tem sido atribuída a partidos que alinham com a construção europeia.

A análise de correlações e a análise econométrica realizadas comprovam, respetivamente, a associação e a influência das variáveis macroeconómicas na variação dos indicadores de opinião. O aumento do rácio de exportações contribui para o crescimento da opinião favorável em relação à UE, corroborando a hipótese H4. Esta evidência é apontada pelos resultados da Equação 1 e da Equação 2 e confirma as expectativas geradas pela análise de correlações.

Nos restantes indicadores macroeconómicos, o resultado é menos claro. O aumento da taxa de desemprego tende a contribuir para uma redução dos indicadores de confiança e de pertença dos cidadãos a partir de 2009, indo ao encontro da hipótese H3. A influência é superior no caso da variável de confiança (-1,812465) do que no indicador de pertença (-0,722268). No caso do indicador de pertença, a influência do desemprego não tem relevância estatística nos períodos 1986-1992 e 1993-1997. No período 1998-2008, a influência é estatisticamente válida mas contrária à hipótese H3. Os resultados apontam para o facto de o desemprego se apresentar relevante nos períodos em que sofre grandes oscilações: no fim do século XX, quando houve uma forte descida em países como Espanha e Irlanda, e a partir de 2007, quando se registou um aumento generalizado do desemprego, em especial em Espanha, Grécia e Portugal.

O modelo aponta ainda que um aumento da inflação contribui, nos períodos 1986-2014, 1993-1997 e 1998-2008, para um aumento da opinião favorável, ao contrário da hipótese H1. Esta influência pode dever-se ao facto de uma inflação mais elevada ser, frequentemente, sinónimo de uma era de prosperidade económica. Além disso, a própria inflação elevada tem deixado de ser um problema na economia europeia

nos últimos anos, ao contrário do que acontecia nos primeiros anos da construção europeia. O resultado poderá ainda estar a ser influenciado pela pequena variação do indicador durante o período em estudo, em comparação com outros como as exportações e a taxa de desemprego. Nos anos da crise (2009-2014), o aumento de preços tende já a contribuir para uma diminuição do indicador de pertença, ao encontro da hipótese H1.

Conforme avançado pela hipótese H2, o crescimento da economia tende a contribuir para um aumento dos indicadores de opinião favorável. Esta influência verifica-se até 2008, tanto no indicador de confiança como de pertença. Nos anos da crise, a influência da taxa de crescimento do PIB não se apresenta estatisticamente relevante.

Por fim, os resultados da aplicação das duas equações tendem a corroborar a hipótese H5. O modelo utilitarista explica 61% da variação do indicador de confiança durante o período da crise, contra 46,88% no período total (2003-2014). A equação 1 explica, no período total (1986-2014), 35,28% da variação do indicador de pertença. No subperíodo 2009-2014, o modelo passa a explicar 45,8% da variação do indicador, um valor que é, apesar de considerável, ligeiramente inferior ao verificado no período 1998-2008. Os resultados apontam assim para um regresso a uma análise de custo e benefício da pertença às instituições europeias, sendo esta uma tendência que se verifica desde o princípio do século XXI e não apenas a partir da crise económica e financeira.

4. CONCLUSÃO

Esta investigação apresenta duas grandes conclusões que devem ser merecedoras de uma reflexão por parte dos cidadãos e das autoridades nacionais e europeias. Os

dados apontam, inequivocamente, para uma forte queda do apoio à integração europeia na UE12 durante os últimos anos. A confiança dos europeus para com a UE bate mínimos de sempre, tal como o apoio à pertença às instituições europeias.

A confiança para com as instituições europeias é o indicador mais afetado, com a maioria dos inquiridos a dizer que não confia na UE. Aumentou também o número de europeus que consideram que a pertença às instituições é “*uma coisa má*”, apesar de estes se manterem em minoria. Este conclusão extravasa para os países da UE12 a conclusão a que Clements et al (2014) tinham chegado na avaliação do caso grego: os europeus mostram não confiar no projeto europeu, mas não tencionam abandoná-lo. Para lá das implicações da pertença à UE, pertencer às instituições europeias continua a ser visto como melhor do que a saída, havendo espaço para melhorar a relação entre a UE e os cidadãos e a imagem que estes têm das instituições.

A segunda grande conclusão prende-se com o efeito das variáveis económicas no apoio à UE. O aumento do rácio de exportações para a UE e o crescimento económico tendem a motivar uma opinião mais positiva. A influência da inflação na definição do apoio à UE não se apresenta coerente ao longo dos períodos, ao contrário do que acontecia nos primeiros anos da construção europeia. O aumento da taxa de desemprego, nos anos da crise, tende a motivar uma queda dos indicadores de opinião.

Mais do que a mera influência de cada variável, é importante sublinhar que os resultados apontam para um regresso a uma análise de custo e benefício da pertença às instituições europeias a partir do início do século XXI e que se mantém durante a crise. Face a este cenário, aponta-se como sugestão para um futuro trabalho a realização de um estudo que recorra a um modelo que compare a influência das variáveis utilitaristas com o peso das variáveis de identidade na variação do apoio à UE. Este permitiria

perceber qual dos grupos de variáveis tem maior influência. No diz que respeito ao impacto dos indicadores macroeconómicos no apoio à integração europeia, sugere-se o aperfeiçoamento do modelo econométrico utilizado. Este poderia integrar novas variáveis, nomeadamente *dummys* que identifiquem os países que recorreram aos programas de assistência financeira e os anos da crise. Seria também de relevo a concretização de uma análise *time series*, que analise individualmente cada Estado-membro. As limitações, em termos de tempo, dimensão do projeto e conhecimento econométrico, não permitiram este aprofundamento.

A perceção do que influencia a opinião pública europeia torna-se primordial para entender aquele que será o futuro da construção europeia. A UE encontra-se num momento de indefinição, atacada internamente pelas divisões entre Estados-membros e pelo crescimento dos nacionalismos e partidos eurocéticos. Externamente, a UE mantém-se incapaz de manter posições comuns nos assuntos que marcam a atualidade. Se a estes problemas se acrescentar que os cidadãos europeus apenas a avaliam numa ótica de custo e benefício, é a própria construção europeia que fica em causa.

Esta proposição mostraria que a construção de um povo “*unido na diversidade*” permanece uma miragem e que são os sucessos e insucessos da economia que são fator de união. A crise económica possibilitou um aprofundamento da dependência económica e orçamental face a Bruxelas, ao mesmo tempo que contribuiu para um afastamento dos cidadãos. Mais de meio século depois da assinatura do Tratado de Roma, a Europa enfrenta ainda um longo trabalho de construção de uma identidade, de aproximação aos cidadãos e precisa agora de trabalhar para recuperar a confiança dos europeus perdida nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldrin, P. (2011). Les Eurobaromètres, entre science et politique. Retour sur la fabrique officielle de l'opinion européenne. In : Gaxie, D., (Eds.) *L'Europe des Européens. Enquête comparée sur les perceptions de l'Europe*, Paris : Economica, pp. 22-47.
- Anderson C. (1998). When in doubt, use proxies: Attitudes toward domestic politics and support for European integration. *Comparative Political Studies* 31 : 569–601.
- Anderson, C. e Kaltenthaler, K. (1996). The dynamics of public opinion toward European integration. *European Journal of International Relations* 2(2) : 175-199.
- Anderson, C.J. e Reichert, S. (1995). Economic benefits and support for membership in the EU: a cross-national analysis, *Journal of Public Policy* 15(3) : 231-249.
- Armingeon K. e Ceka B. (2013). The loss of trust in the European Union during the great recession since 2007: The role of heuristics from the national political system. *European Union Politics* 15(1): 82-107.
- Bech, U. (2014). *A Europa Alemã - De Maquiavel a «Merkievel». Estratégias de Poder na Crise do Euro*, 1ªEd. Lisboa : Edições 70.
- Bechtel, M., Hainmueller, J. e Margalit, Y. (2014). Preferences for International Redistribution: The Divide over the Eurozone Bailouts. *American Journal of Political Science* 58(4) : 835-856.
- Blyth, M. (2013). *Austeridade, história de uma ideia perigosa*, 1ªEd. Lisboa : Quetzal Editores.
- Bootle, R. (2014). *The Trouble with Europe: Why the EU isn't Working, How it Can be Reformed, What Could Take its Place*, 2ªEd. Londres : Nicholas Brealey Publishing.
- Braun, D. e Tausendpfund, M. (2014). The Impact of the Euro Crisis on Citizens' Support for the European Union. *Journal of European Integration* 36(3) : 231-245.
- Carey, S. (2002). Undivided loyalties: Is national identity an obstacle to European integration?. *European Union Politics* 3(4) : 387-413.
- Clements, B., Nanou, K. e Verney, S. (2014). 'We no Longer Love You, But We Don't Want to Leave You' : The Eurozone Crisis and Popular Euroscepticism in Greece. *Journal of European Integration* 36(3) : 247-265.
- Comissão Europeia (1996). *Eurobarometer Report 46* [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb46/eb46_en.htm [Acesso em: 2015/06/10].
- Comissão Europeia (2013). *Eurobarometer: Effects of the economic and financial crisis on European public opinion* [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/topics/eb40years_en.pdf [Acesso em: 2015/06/12].

- Comissão Europeia (2014). *Special Eurobarometer 415: Europeans in 2014* [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_415_en.pdf [Acesso em: 2015/06/12].
- Comissão Europeia (2015). *Eurobarometer Interactive Search System* [Base de dados], setembro 2015. Bruxelas : Comissão Europeia. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/index.cfm?lang=en.
- Comissão Europeia (2015a). *Eurobarómetro 77.3* [Base de dados], versão 2.0.0. Colónia : GESIS Data Archive. Disponível em: doi:10.4232/1.12050.
- Comissão Europeia (2015b), *Eurobarómetro 79.5* [Base de dados], versão 1.0.0. Colónia : GESIS Data Archive. Disponível em: doi:10.4232/1.12238.
- Comissão Europeia (2015c), *Eurobarómetro 82.4* [Base de dados], versão 5.0.0. Colónia : GESIS Data Archive. Disponível em: doi:10.4232/1.12265.
- Daniele, G. e Geys, B. (2012). Public support for institutionalised solidarity: Europeans' reaction to the establishment of Eurobonds. *WZB Discussion Paper SP II 2012-12*.
- Debomy, D. (2011). *Les citoyens européens et l'Union européenne dans le contexte actuel de crise* [Em linha]. Disponível em : http://www.institutdelors.eu/media/note3_fondation_jean_jaures.pdf?pdf=ok [Acesso em: 2015/03/09].
- Debomy, D. (2012). *Les Européens croient-ils encore en l'UE ? Analyse des attitudes et des attentes des opinions publiques européennes depuis un quart de siècle* [Em linha]. Disponível em : http://www.institutdelors.eu/media/opinionspubliquesue1985-2011_d.debomy_ne_juin2012.pdf?pdf=ok [Acesso em: 2015/03/09].
- Díez Medrano, J. (2003). *Framing Europe: Attitudes to European Integration in Germany, Spain, and the United Kingdom*, 1ªEd. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Easton, D. (1975). A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science* 5(4) : 435–457.
- Eichenberg, R. e Dalton, R. (1993). Europeans and the European Union: the dynamics of public support for European integration. *International Organization* 47(4) : 507-34.
- Eichenberg, R. e Dalton, R. (2007). Post-Maastricht blues: The transformation of citizen support for European integration 1973–2004. *Acta Politica* 42 : 128–152.
- Eurostat (2015). *Population on 1 January by sex and age (demo_pjan)* [Base de dados], setembro 2015. Luxemburgo : Eurostat. Disponível em: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do>.
- FMI - Fundo Monetário Internacional (2015) *Direction of Trade Statistics* [Base de dados], setembro 2015. Washington: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85>.

- FMI - Fundo Monetário Internacional (2015a) *World Economic Outlook Database* [Base de dados], abril 2015. Washington: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/weodata/index.aspx>.
- Freire, A. e Moury, C. (2014). O apoio dos cidadãos e das elites à UE antes e depois da crise financeira – Os países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. *RI: Revista de Relações Internacionais* 41 : 97-122.
- Gabel, M. (1998). Public support for Europe: an empirical test of five theories. *Journal of Politics* 60 : 333-54.
- Gabel, M. e Palmer, H. (1995). Understanding variation in public support for European integration. *European Journal of Political Research* 27(1): 3-19.
- Garry, J. e Tilley, J. (2009). The Macroeconomic Factors Conditioning the Impact of Identity on Attitudes towards the EU. *European Union Politics* 10(3) : 361-379.
- Garry, J. e Tilley, J. (2014). Inequality, state ownership and the European Union: How economic context and economic ideology shape support for the European Union. *European Union Politics* 0(0) : 1-16.
- Giddens, A. (2013). *Turbulent and might continent : What future for Europe*, 1ªEd. Cambridge : Polity Press.
- Graça, J., Lopes, J., e Marques, R. (2011). The European Sovereign Debt Crisis: the Portuguese Case. *Economic Sociology European Electronic Newsletter* 12(3) : 38-47.
- Guiso, L., Sapienza, P. e Zingales, L. (2014). *Monnet's Error?* [Em linha]. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Projects/BPEA/Fall%202014/Fall2014BPEA_Guiso_Sapienza_Zingales.pdf [Acesso em: 2015/08/21].
- Habermas, J. (2012). *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, 1ªEd. Lisboa : Edições 70.
- Halikiopoulou, D. e Vasiolopoulou, S. (2014). Support for the Far Right in the 2014 European Parliament Elections: A Comparative Perspective. *The Political Quarterly* 85(3) : 285-288.
- HLGOR – High Level Group on Own Resources (2014). *First Assessment Report* [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/multiannual_framework/HLGOR_1stassessment2014final_en.pdf [Acesso em: 2015/04/03].
- Hobolt, S. e Tilley, J. (2014). *Blaming Europe? Responsibility without Accountability in the European Union*, 1ªEd. Oxford: Oxford University Press.
- Hobolt, S. e Wratil, C. (2015). Public Opinion and the crisis: the dynamics of support for the euro. *Journal of European Public Policy* 22(2) : 238-256.
- Hooghe, L. e Marks, G. (2004). Does identity or economic rationality drive public opinion on European integration?. *PS: Political Science & Politics* 37(3) : 415–20.

- Hooghe, L. e Marks, G. (2005). Calculation, community and cues. *European Union Politics* 6(4) : 419-43.
- Hooghe, L. e Marks, G. (2008). A post functionalist theory of European integration: From permissive consensus to constraining diseases. *British Journal of Political Science* 39(1) : 1–23.
- Jonckeer, P. e Simon, K. (2015). For a Europe that unites, rather than divides. *Green European Journal* 2015 : 5-9.
- Kriesi, H. e Grande, E. (2014). Political debate in a polarizing Union. In: Cramme, O. e Hobolt, S., (Eds.), *Democratic Politics in a European Union Under Stress*. Oxford: Oxford University Press, pp. 67-86.
- Kritzinger, S. (2003). The Influence of the Nation State on Individual Support for the European Union. *European Union Politics* 4(2) : 219-241.
- Kuhn, T. e Stoeckel, F. (2014). When European integration becomes costly: the euro crisis and public support for European economic governance. *Journal of European Public Policy* 21(4) : 624–41.
- Lindberg, L. e Scheingold, S. (1979). *Europe's Would-be Polity. Patterns of Change in the European Community*, 1ªEd. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall.
- Lobo, M. (2003). Portuguese Attitudes Towards EU Membership: Social and Political Perspectives. In Manuel, P. e Royo, S., (Eds.) *Spain and Portugal in the European Union: The First Fifteen Years*. London : Frank Cass, pp. 97-118.
- Mahler, V., Taylor, N., e Wozniak, J. (2000). Economics and Public Support for the European Union: An Analysis at the National, Regional and Individual Levels. *Polity* 32(3) : 429–53.
- Mamede, R. (2015). *O que fazer com este país*, 1ªEd. Lisboa : Marcador.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*, 5ªEd. Pêro Pinheiro : Report Number.
- McLaren, L. (2002). Public support for the European Union: cost/benefit analysis or perceived cultural threat?. *Journal of Politics* 64(2) : 551-88.
- Mendonça, A. (2012). As dimensões da crise económica e financeira atual: A economia global, a Europa e Portugal. In: Silva, J., (Eds.) *Portugal, a Europa e a Crise Económica e Financeira Internacional*, 1ªEd. Lisboa : Almedina, pp. 81-158.
- Michael-Matsas, S. (2012). Greece and the Decline of Europe. *Critique: Journal of Socialist Theory* 40(4) : 485-499.
- Muñoz, R., Torcal, M., e Bonet, E. (2011). Institutional trust and multilevel government in the European Union: Congruence or compensation?. *European Union Politics* 12(4) : 551–574.
- Paz Ferreira, E. (2014). *Da Europa de Schuman à não Europa de Merkel*, 1ªEd. Lisboa : Quetzal Editores.

- Romão, A. (2012). Crise Actual – Algumas Notas e Reflexões. In: Silva, J., (Eds.) *Portugal, a Europa e a Crise Económica e Financeira Internacional*, 1ªEd. Lisboa : Almedina, pp. 35-68.
- Roth, F. (2009). *The Effects of the Financial Crisis on Systemic Trust* [Em Linha]. Disponível em : <http://aei.pitt.edu/11334/1/1877-1.pdf> [Acesso em: 2015/09/11].
- Sánchez-Cuenca, I. (2000). The political basis of support for European integration. *European Union Politics* 1(2) : 147–171.
- Schoutheete, P. (2009) La Crise et la Gouvernance Européenne. *Politique étrangère* 2009/1 (Printemps) : 33-46.
- Signorelli, S. (2012). *L'UE et les opinions publiques : je t'aime, moi non plus ?* [Em linha]. Disponível em : <http://www.institutdelors.eu/media/sondagesopinionspubliquesue-signorelli-ne-ijd-nov12.pdf?pdf=ok> [Acesso em: 2015/07/07].
- Soares, A. (2013). *Direito e Política da União Europeia*, 1ªEd. Curitiba : Appris.
- Soromenho-Marques, V. (2014). *Portugal na queda da Europa*, 1ªEd. Lisboa : Círculo de Leitores.
- Spolaore, E. (2013). What is European Integration Really About ? A Political Guide for Economists. *Journal of Economic Perspectives* 27(3) : 125-144.
- Stiglitz J. (2012). *An Agenda to Save the Euro* [Em linha]. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/joseph-e--stiglitz-says-that-the-europe-will-not-recover-unless-and-until-the-eurozone-is-fundamentally-reformed#xMee71gh88fyO4qw.99> [Acesso em: 2015/04/10].
- Wooldridge, J. (2013). *Introductory Econometrics – A Modern Approach*, 5ªEd. Maxon, OH : South-Western.

ANEXOS

Quadro A1: Estatística Descritiva das Variáveis

	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PERTENCA	348	60,19	62,00	13,36	26	88
PERTENCA (Média ponderada UE12)	28	55,01	53,00	6,23	46	70
PERTENCALIQ	348	48,53	52,00	19,80	-6	86
PERTENCALIQ (Média ponderada UE12)	28	41,79	39,00	9,34	26	63
BENEFICIO	300	59,86	63,25	14,34	15	88
BENEFICIO (Média ponderada UE12)	24	50,64	51,00	4,23	43	59
BENEFICIOLIQ	300	34,75	41,00	25,22	-44	84
BENEFICIOLIQ (Média ponderada UE12)	24	18,98	18,00	7,45	8	36
CONFIANCA	144	44,84	46,50	13,11	18	69
CONFIANCA (Média ponderada UE12)	12	39,53	42,00	8,26	27	50
CONFIANCALIQ	144	4,59	1,00	25,69	-62	42
CONFIANCALIQ (Média ponderada UE12)	12	-8,46	-1,00	17,65	-37	13

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)

Quadro A2: Coeficientes de correlação entre as variáveis em estudo

	PERTENCALIQ	PERTENCA	BENEFICIOLIQ	BENEFICIO	CONFIANCALIQ	CONFIANCA
PERTENCALIQ	1	,982***	,738***	,691***	,664***	,677***
PERTENCA	,982***	1	,765***	,737***	,622***	,642***
BENEFICIOLIQ	,738***	,765***	1	,982***	,746***	,739***
BENEFICIO	,691***	,737***	,982***	1	,719***	,742**
CONFIANCALIQ	,664***	,622***	,746***	,719***	1	,978***
CONFIANCA	,677***	,642***	,739***	,742***	,978***	1

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c)

Quadro A3: Coeficientes de correlação entre as variáveis PERTENCA e PERTENCALIQ e os indicadores macroeconómicos

Período	1986-2014		1986-1992		1993-1997		1998-2008		2009-2014	
	PERTENCALIQ	PERTENCA	PERTENCALIQ	PERTENCA	PERTENCALIQ	PERTENCA	PERTENCALIQ	PERTENCA	PERTENCALIQ	PERTENCA
INFLACAO	,199***	,172***	-,004	-,055	,187	,143	,408***	,412***	-,273**	-,267**
CRESCIMENTOPIB	,330***	,306***	,224**	,175	,199	,231	,333***	,335***	,108	,114
DESEMPREGO	-,126**	-,137**	,010	,004	-,003	-,050	,011	-,096	-,320***	-,308**
EXPORTUE	,543***	,525***	,530***	,530***	,423***	,388***	,463***	,452	,588***	,594***

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente.

O Luxemburgo não se encontra incluído nesta análise de correlações.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e FMI (2015, 2015a).

Quadro A4: Coeficientes de correlação entre as variáveis BENEFICIO e BENEFICLIQ e os indicadores macroeconómicos

Período	1986-2011		1986-1992		1993-1997		1998-2008		2009-2011	
	BENEFICLIQ	BENEFICIO	BENEFICLIQ	BENEFICIO	BENEFICLIQ	BENEFICIO	BENEFICLIQ	BENEFICIO	BENEFICLIQ	BENEFICIO
INFLACAO	,153**	,127**	,094	,078	,220	,237	,538***	,594***	,473***	-,414**
CRESCIMENTOPIB	,230***	,189***	,027	,015	,410***	,401***	,390***	,366***	-,133	-,139
DESEMPREGO	-,223***	-,220***	-,316***	-,272**	-,238	-,254	-,191**	-,210**	,054	,037
EXPORTUE	,472***	,446***	,609***	,593***	,511***	,483***	,347***	,338***	,518***	,524***

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente.

O Luxemburgo não se encontra incluído nesta análise de correlações.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e FMI (2015, 2015a).

Quadro A5: Coeficientes de correlação entre as variáveis CONFIANCA e CONFIANCALIQ e os indicadores macroeconómicos

Período	2003-2014		2003-2008		2009-2014	
	CONFIANCALIQ	CONFIANCA	CONFIANCALIQ	CONFIANCA	CONFIANCALIQ	CONFIANCA
INFLACAO	,235**	,225***	,403***	,387***	-,171	-,148
CRESCIMENTOPIB	,285***	,241***	,151	,146	-,066	-,095
DESEMPREGO	-,484***	-,418***	,114	,175	-,502***	-,447***
EXPORTUE	,598***	,632***	,433***	,492***	,633***	,663***

***/** Parâmetros estimados estatisticamente significativos a 1% e 5%, respetivamente.

O Luxemburgo não se encontra incluído nesta análise de correlações.

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e FMI (2015, 2015a).

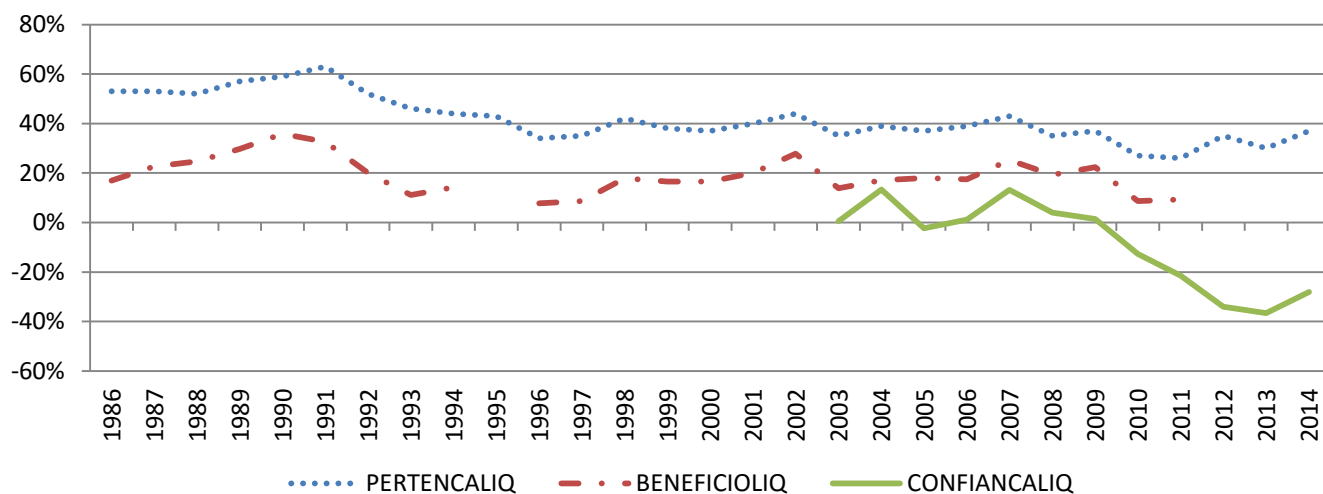
Quadro A6: Evolução dos indicadores PERTENCALIQ e CONFIANCALIQ entre 2007 e 2013

País	PERTENCALIQ		CONFIANCALIQ	
	Diferença face a 2007	Diferença face a 2007 (%)	Diferença face a 2007	Diferença face a 2007 (%)
BELGICA	-12	-19,6%	-43	-103,6%
DINAMARCA	-3	-6,0%	-30	-93,7%
ALEMANHA	1	2,58%	-37	-616,7%
IRLANDA	-19	-27,7%	-57	-186,9%
GRÉCIA	-46	-92,9%	-87	-308,9%
ESPAÑA	-38	-62,1%	-91	-245,9%
FRANÇA	-6	-14,9%	-43	-314,8%
ITÁLIA	-19	-52,1%	-58	-282,9%
PAÍSES BAIXOS	-19	-27,1%	-49	-164,4%
PORTUGAL	-33	-76,6%	-79	-232,4%
REINO UNIDO	-3	-34,9%	-28	-134,1%
LUXEMBURGO	-7	-10,5%	-35	-127,8%
UE 12	-13	-30,2%	-50	-378,2%

Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)

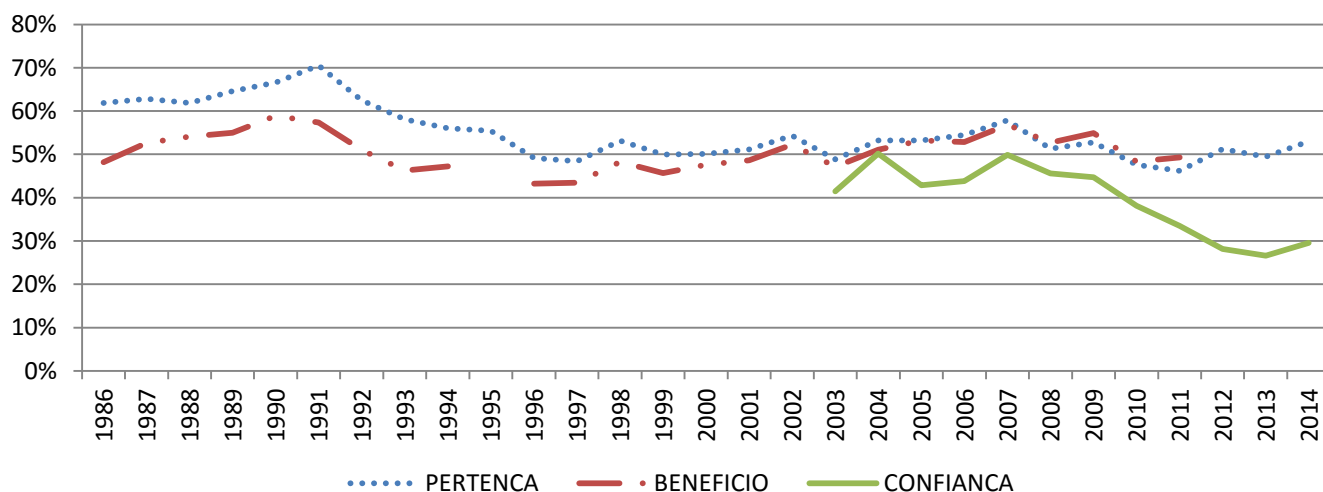
Gráfico A1: Evolução da média ponderada da UE12 dos indicadores PERTENCALIQ, BENEFICIOLIQ e CONFIANCALIQ entre 1986 e 2014



Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)

Gráfico A2: Evolução da média ponderada da UE12 dos indicadores PERTENCA, BENEFICIO e CONFIANCA entre 1986 e 2014



Fonte:

Cálculos próprios a partir de dados da Comissão Europeia (2015, 2015a, 2015b, 2015c) e Eurostat (2015)